

MELLO, Evaldo Cabral de – *Olinda restaurada; guerra e açúcar no Nordeste, 1630-1654*. Rio de Janeiro, Forense Universitária, São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 1975.

Equacionando com critério e objetividade matemáticas as coordenadas da resistência e da restauração pernambucanas face ao domínio holandês, Evaldo Cabral de Mello proporciona à historiografia brasileira um novo quadro de tema já magistralmente tratado por José Antônio Gonçalves de Mello e Charles Boxer. Sem negar a idéia tradicional de que as guerras holandesas foram “guerras pelo açúcar”, no sentido de pretenderem os invasores o controle das fontes de produção daquele gênero, o Autor, em seu estudo inovador, fundamentado em fontes primárias holandesas, portuguesas e espanholas de gama variada e menos freqüentada por historiadores, chega a um outro lado da questão. Demonstra ele o quanto vale dizer que foram também “guerras do açúcar”, isto é, custeadas e propulsionadas pelo sistema econômico-social açucareiro de Pernambuco.

O período intermediário entre as duas fases bélicas, portanto, entre a resistência (1630-37) e a restauração (1645-54) foram os anos do governo de Maurício de Nassau (1637-54). Esta época é que tem merecido mais acurados estudos. Entretanto, Cabral de Mello, justificando que “a realidade radical da dominação holandesa é a guerra, não a paz”, inicia seu trabalho analisando as estratégias dos embates em terra e mar, o regime de comércio vigente nos anos da beligerância, as finanças da guerra, o recrutamento, o abastecimento, a adaptação da arte militar às condições locais, terminando por discutir os conflitos gerados pela passagem da propriedade da terra dos antigos senhores às mãos neerlandesas e às que se lhes seguiram.

A estratégia da “guerra lenta”, levada a efeito pelas tropas hispano-luso-pernambucanas, de características “guerrilheiras”, em compasso de espera pela chegada de força naval considerável, continha o adversário, mas não o destruía. Tal procedimento teve sua contrapartida em igual tática por parte do inimigo. E, por detrás desse impasse, iam crescendo ainda querelas entre Lisboa e Madri, a cuja cúpula não interessava manter o comando luso-brasileiro.

Ainda que se contasse com os recursos do açúcar nas lutas em terra, muitos destes recursos acabaram sendo canalizados para o inimigo, uma vez, que, para certos senhores de engenho, o colaboracionismo afugilava-se-lhes menos terrível que o colapso do comércio. Os partidários de uma “paralização total”, não encontravam apoio no grupo ligado à exportação do açúcar. O Autor contraíde a relativa liberdade do comércio exterior do açúcar no período da resistência, ainda que dentro dos estritos limites do sistema de monopólios, às crescentes restrições que surgem no período da restauração e que visava beneficiar o grupo ligado ao “Assento de Pernambuco”. Não deixa também de analisar a significativa penetração inglesa nas transações açucareiras, o que gerou medidas oficiais, nem por isso mais felizes. Tanto quanto o Assento, terminado em 1650, a Companhia Geral de Comércio do Brasil que se lhe seguiu, originaram protestos por parte dos comerciantes pernambucanos. Estabelece-se, então, um ativo contrabando entre os holandeses e luso-brasileiros que lhes são simpatizantes; suas transações, o Autor pode reconstituir-las a partir de fontes holandesas.

A falta de séries referentes à produção e preço do açúcar durante a guerra (decorrente mesmo da falta de organização contábil do Estado português) não impediu que Cabral de Mello, com base em fontes várias, pudesse obter dados passíveis de serem trabalhados, jogando com a receita ordinária do sistema fiscal então em vigor. Chega assim a demonstrar como foram financiadas as despesas bélicas. Pode, outrossim, estudar minuciosamente a “munição de boca”, isto é, o abastecimento da gente de guerra, cujos grupos sociais também foram abordados. “Guerra defensiva ou guerra volante; guerra de posições e guerrilhas, eis os pólos entre os quais se movem, ambíguas, a resistência e a restauração, sem nunca ser completamente uma ou outra” (p. 217). Táticas de guerra (adaptação da arte militar européia às condições brasileiras e assimilação de técnicas indígenas), técnicas, guerra e ecologia... e, como pano de fundo, a política em torno da posse dos engenhos e do açúcar, cuja produção não deve e não pode ser detida.

Discussão das mais importantes e desconhecidas – porque pouco ou mal lembrada pela historiografia brasileira – é a que coroa a presente obra, destinada a ocupar lugar preeminente dentre os estudos sobre o nosso seiscentismo: a “querela dos engenhos”. O antagonismo entre as

irreconciliáveis posições dos grupos responsáveis pela restauração pernambucana são examinados pelo Autor, desde as deformações com que foi visto por cronistas e historiadores. Nacionais extremados, de um lado, devedores rendidos aos holandeses e colaboracionistas judeus, de outro? Evaldo Cabral de Mello prefere antes ver, ainda que não com exclusividade, o choque de interesses entre os senhores de engenho e de propriedades confiscadas pelas autoridades holandesas e os novos proprietários luso-brasileiros que lhes sucederam na posse destes bens. A emigração de senhores ("Uma diáspora colonial", p. 256) é antes explicada através da coação do que do sentimento nativista; e o mercantilismo reinol que lhes era oposto tem muito mais matizes do que fazem supor os estudos até agora realizados a respeito. O confisco dos engenhos pelos holandeses foi canalizado a senhores colaboracionistas, em detrimento dos emigrados; este confisco é definido como a feição "mais significativa social e economicamente da desorganização do sistema de propriedade existente ao tempo da invasão holandesa", embora não tenha sido a única. O acompanhar daquela diáspora até suas pontas nevrálgicas na Bahia e sua repercussão em Portugal abre possibilidades de conhecimento de fatos e momentos inéditos de maior importância na evolução histórica do Brasil do século XVII.

Com a mesma riqueza de fontes dos capítulos precedentes, o Autor faz a ilação entre os senhores de engenhos confiscados e as tendências do preço do açúcar no momento da revolta de 1645. A partir daí, e até 1654, quando da capitulação holandesa, continuaram a agir e a se debaterem engenhos de holandeses e de judeus contra os de propriedade de luso-brasileiros.

"Olinda restaurada", título que homenageia a crônica do mesmo nome de autoria do Capitão Baers, sobre a conquista de Olinda, é metafórico. Enfeixa, na cidade-símbolo, o poder econômico e social luso-brasileiro no Nordeste, que termina por sobrepor-se ao invasor batavo e, por que não?, ao artificialismo do domínio castelhano. — Heloísa Liberalli Bellotto.

MORAES, Eduardo Jardim de — *A brasiliade modernista. Sua dimensão filosófica*. Rio de Janeiro, Graal, 1978.

O Autor coloca a problemática da brasiliade diretamente ligada à obra teórica de Graça Aranha, numa tentativa original de situar a proposta nacionalista do Modernismo, dentro de uma "reflexão filosófica do país".

Divide o Modernismo em duas etapas: a primeira, de 1917 a 1924, de renovação estética e a segunda de 1924 a 1930, que trata da *questão da brasiliade*, tendo, dentro dessa perspectiva duas orientações: a de Plínio Slagado e a de Oswald de Andrade.

Critica duas interpretações, que para ele, são correntes na crítica brasileira: uma que apresenta a *brasiliade* como consequência da preocupação das vanguardas europeias com o primitivismo; e outra que relaciona a revolução modernista com os acontecimentos político-sociais da época. A primeira esquece a apreciação histórico-cultural do país, deslocando seu interesse para o estudo das vanguardas. A segunda não mostra charadamente a articulação da prática política com a produção cultural.

A partir daí importa não somente referir esse momento da História à problemática cultural européia, mas colocá-lo como *retomada* e *adiantamento* de um caminho já aberto na nossa vida intelectual. Retomada que foi possível através da obra de Graça Aranha — *A Estética da Vida* — que estabelece dois pontos-chave: a *intuição* — conhecimento do Universo pela intuição estética; e a *integração* — pela qual, a partir da intuição, haveria uma integração do homem ao cosmos, indo do nacional ao universal. Daí saíram as idéias básicas daquelas duas orientações da *brasiliade modernista*; o apelo à intuição para se chegar à nacionalidade, e a integração como base para a formação de uma cultura nacional.

O objetivo do Autor parece se voltar à antiga polêmica existente na década de 20, sobre as lideranças do Modernismo: ora atribuídas a Mário de Andrade, ora a Graça Aranha. Sua posição fica definida quando atribui à obra de Graça Aranha um papel decisivo na elaboração das propostas modernistas, no que elas receberam das vanguardas européias.